

**ATA N.º 03/2025**

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 30 de junho de 2025.-----

----- Aos 30 dias do mês de junho de 2025, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----
- 2 - Luto Municipal pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco / Para conhecimento;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação do Relatório de Contas Consolidadas do Município de Cantanhede relativo ao Ano Económico de 2024;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / XXII Feira do Bolo de Ançã;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XX Feira do Tremoço;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XXI Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã;-----
- 7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede / Arranjo urbanístico do Jardim da Freguesia;-----
- 8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Reparação e recuperação de pontos estruturais no edifício concessionado na Praia das Sete Fontes;-----
- 9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Obras de ampliação do cemitério de Ourentã (1.ª fase);-----
- 10 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à

Freguesia de Ourentã / Implantação de uma nova localização, para um abrigo de passageiros na “EN 234 ao Km 19+902, lado esquerdo (sentido Cantanhede-Mealhada);-----

**11** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Obras na Sede da Junta de Freguesia de Ourentã;-----

**12** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Reparação do logradouro da EB da Sanguinheira;-----

**13** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Obras da Sede da Junta de Freguesia da Tocha;-----

**14** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / X Mostra Gastronómica Sopas Pedras;-----

**15** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação do Largo do Corticeiro de Cima;-----

**16** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de apoio diversos às Freguesias 2025 / Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias do Concelho de Cantanhede;-----

**17** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licenças de espetáculos de música ao vivo e especial de ruído / Mês da Cultura, da Saúde e do Desporto;-----

**18** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licenças de espetáculos de música ao vivo e especial de ruído / Marchas de São João;-----

**19** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licenciamento de evento desportivo / XVII BTT Cadima Caminhos do

Tremoço 2025;-----

**20** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licenças de espetáculos de música ao vivo e especial de ruído / XX Feira do Tremoço;-----

**21** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Licença de espetáculos de música ao vivo e Licença especial de ruído / X Mostra Gastronómica Sopas & Pedras;-----

**22** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença de Espetáculos de Musica ao Vivo e Licença Especial de Ruído / XXI Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã;-----

**23** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Cantanhede;-----

**24** - Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de Hasta Pública para a "Concessão da exploração do Bar e Restaurante do Parque Desportivo de Cantanhede";-----

**25** - Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de Hasta Pública para a " Concessão da exploração do Bar Quiosque junto ao Largo de S. Mateus, na Cidade de Cantanhede";-----

**26** - Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de Hasta Pública para a "Concessão de exploração de postos de carregamento de mobilidade elétrica no Município de Cantanhede";-----

**27** - Apreciação, discussão e votação da minuta das adendas aos Contratos de Delegação de Competências celebrados a 30/12/2024, entre o Município de Cantanhede e os Diretores dos Agrupamentos de Escolas Lima de Faria, Cantanhede e Gândara Mar;-----

**28** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Gestão a celebrar entre a Infraestruturas de Portugal, I.P., e o Município de Cantanhede / Implantação, conservação, manutenção e limpeza de uma via partilhada (ciclovía/zona pedonal) na EN234-1, entre o KM 11,967 e o km 12,550, em Ançã;-----

**29** - Apreciação, discussão e votação da minuta da proposta de autorização à CIM-RC para desenvolvimento dos procedimentos conducentes à Implementação do Sistema Intermunicipal de Autoconsumo Coletivo de Energia da Região de Coimbra (SIAC-RC), com constituição de Comunidades de Energia Renovável (CER) / Aprovação da minuta do Contrato de Delegação de Competências a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra e o Município de Cantanhede;-----

**30** - Apreciação, discussão e votação da 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2025;-----

**31** - Apreciação, discussão e votação da Norma de Controlo Interno;-----

**32** - Concessão de Isenções de Taxas Municipais / 1.º Semestre 2025 / Para conhecimento.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, conferiu com os restantes elementos da Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado as faltas do Sr. João André Anjo de Jesus, por motivos profissionais, sendo substituído pela Sr.ª Áurea Pereira Oliveira Matias, do Sr. Sérgio Bernardo Gonçalves da Silva, por motivos pessoais, tendo sido convocada a Sr.ª Maria Teresa de Jesus Almeida que informou não poder comparecer por motivos profissionais, do Sr. Arménio José Simões Baptista Alves, por motivos de saúde, tendo sido substituído pelo Sr. Alexandre Rocha Simão e da Sr.ª Áurea da Cruz Flamino de Andrade, por motivos pessoais e de agendamento inadiáveis, tendo sido substituída pelo Sr. Alfredo José Rodrigues Ferreira. Faltaram ainda, por motivos de saúde a Sr.ª Aidil de Sá

Camarneiro Fernandes Machado e por motivos profissionais, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, faltas que também foram justificadas.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que a ata n.º 02/2025, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2025, ainda não se encontrava ultimada pelo que não será colocada a votação para aprovação.--

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 30 de abril 2025 a 29 de junho de 2025, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- Deu então início ao período Antes da Ordem do Dia, dando a palavra à Sr.ª Joana Seabra, a qual, após cumprimentar todos os presentes, em nome do PSD, manifestou satisfação pela inauguração da primeira unidade de avaliação de proximidade em oftalmologia da Unidade Local de Saúde de Coimbra, instalada no Hospital Arcebispo João Crisóstomo. Sublinhou tratar-se de um investimento relevante para o concelho, com impacto direto na qualidade de vida da população, aproximando cuidados oftalmológicos essenciais, assegurando rastreios, diagnósticos precoces e encaminhamento para tratamento especializado. Considerou que esta medida poderá ajudar a reduzir listas de espera e deslocações aos hospitais centrais, desde que disponha de meios tecnológicos adequados e equipas especializadas. Reforçou que o PSD apoia a medida, mas irá acompanhar a sua execução, defendendo que as inaugurações só têm sentido se gerarem resultados concretos. Aproveitou ainda para expressar, em nome do PSD, reconhecimento e apreço à Professora Fátima Vaz Gomes, que cessou funções como Diretora do Agrupamento de Escolas Marquês de Marialva, elogiando a sua liderança, dedicação

e contributo para a qualidade do ensino e integração da escola na comunidade. Dirigiu também felicitações ao novo Diretor, Professor Hermenegildo Vinagreiro Freire, desejando-lhe sucesso e destacando a importância da visão, liderança e proximidade na gestão escolar.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Sérgio Maia, o qual, após cumprimentar todos os presentes, alertou para a situação grave no polo de Murtede da USF Bairrada, que considerou ser um desmantelamento silencioso e progressivo de um serviço essencial, realizado à margem da população. Explicou que, ao longo dos anos, a Junta de Freguesia tem denunciado problemas como a falta de médicos, baixas prolongadas sem substituição e encerramentos frequentes, especialmente em períodos de férias ou ausências, sendo Murtede sistematicamente a freguesia prejudicada. Reiterou que não aceitam ser tratados como uma freguesia de segunda e que, em reunião de janeiro de 2025, afirmaram não aceitar o encerramento parcial ou total do polo. Questionou se, após a saída da médica em abril, foi feita substituição ou iniciado o processo de contratação, defendendo que existem formas mais justas e planeadas de gerir os recursos humanos. Referiu que está em curso um projeto de financiamento para melhoria das instalações e destacou que a Junta tem cedido gratuitamente o espaço e assumido pequenas reparações, por respeito aos profissionais e utentes. Afirmou não ter nada contra os trabalhadores, mas lembrou que a saúde é um direito que o Estado deve garantir, e que as autarquias devem ser tratadas como parceiras. Declarou que a Junta de Freguesia não se calará nem apoiará políticas que afastem serviços da população, podendo recorrer a outras formas de protesto. Agradeceu à comunicação social e a todos os que se associaram à causa, lamentando, contudo, quem tentou aproveitamento indevido. Apelou aos

membros da Assembleia para não ficarem em silêncio, pois o que acontece em Murte de pode ocorrer noutras freguesias. Enalteceu o apoio do município, especialmente da Presidente Helena Teodósio e da Vereadora Célia Simões, assegurando que a Junta continuará a lutar com exigência, firmeza e determinação.-

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que, na localidade de Lagoa Negra, perto dos Olhos da Fervença, a estrada prevista para requalificação foi fresada há meses, mas não concluída, causando incómodo geral e perigo para motociclistas, sobretudo nesta época de maior trânsito para a Praia Fluvial. A seguir, procedeu à leitura de um agradecimento, do seguinte teor:

*“Agradecimento. Excelentíssimos senhores Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Dr.ª Helena Teodósio, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede Dr. Pedro Cardoso, Vereador da Câmara Municipal de Cantanhede Dr. Adérito Machado. No dia 28 de maio do corrente ano, deslocou-se a Cantanhede a “missão patriotas pela Europa”, organizada pelo Partido Chega, liderada pelo eurodeputado Tânger Correia. A mesma ocorreu no âmbito de uma visita de estudo da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu a Portugal, que decorreu entre os dias 26 e 30 de maio. O envolvimento direto na definição do programa, na articulação com as entidades locais e no acompanhamento contínuo da Delegação, permitiu dar a conhecer de forma autêntica a realidade das comunidades piscatórias portuguesas, os seus desafios, as suas tradições e o potencial de inovação na qual se destaca a arte xávega. O município de Cantanhede acolheu esta comitiva com uma excelente receção, denotando, como é seu apanágio a vontade de servir a causa pública, não olhando a cores políticas, algo que o Partido Chega muito agradece e reconhece. Por tal facto é meritório este presente agradecimento.”* Procedeu ainda à leitura de um

elogio, do seguinte teor: *“A recente inauguração no passado dia 28 de junho do Centro Social de Recreio e Cultura da Sanguinheira é um exemplo de bairrismo e tenacidade do povo em defesa das suas tradições e cultura. No entanto essa obra sem pessoas com iniciativa, não teria sido feita, onde se destaca o senhor Manuel Augusto Almeida ao tempo Presidente da Junta de Freguesia da Sanguinheira, que com uma visão progressista começou por adquirir o terreno há muitos anos, o qual posteriormente foi cedido por Manuel Marques, também ao tempo na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, ao Centro Social de Recreio e Cultura. No decurso dos anos, outras pessoas persistentes continuaram o objetivo de edificar e concluir o edifício, em que se destacam, Bruno Marques, Victor Teixeira, Carlos Marto, António Moleiro e, com especial ênfase Euclides Vinagreiro, atual Presidente da Junta de Freguesia de Sanguinheira e Sara Brado Presidente da Direção do Centro Social de Recreio e Cultura da Sanguinheira, estes últimos com acrescida responsabilidade. No entanto, sem a participação do município que contribuiu com uma avultada verba, tal obra não teria sido possível de realizar, pelo que é justo este público elogio a todos os envolvidos. Pessoalmente e em representação do Partido Chega, não escondo o meu regozijo com esta inauguração. Ficará indelevelmente um marco histórico na Freguesia da Sanguinheira, sem nunca esquecer quem por ela lutou. Um bem-haja a todos.”*-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes: - Salientou o investimento histórico de mais de 15,5 milhões de euros que o Município de Cantanhede tem feito no desporto ao longo do mandato, abrangendo a construção e requalificação de parques infantis, polidesportivos, pavilhões, ciclovias, circuitos de manutenção e instalações especializadas, bem como o apoio financeiro a clubes e

associações. Referiu que, nos últimos três anos, foram aplicados 13 milhões de euros naquela área, resultando num aumento significativo do número de praticantes, incluindo atletas federados, e estabelecendo metas ambiciosas para 2026; - Elogiou a realização da primeira edição do Pink & White Spring Fest 2025, que reuniu cerca de 20 produtores locais e apresentou mais de 80 vinhos, valorizando a economia, o enoturismo e os produtos regionais. Considerou o evento um marco para afirmar Cantanhede como referência vitivinícola e cultural, combinando gastronomia, música e experiências sensoriais.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, Carlos Gregório, o qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu que a sua intervenção se prendia a um evento ocorrido no dia 21 de junho, na vila de Vale de Santarém, de homenagem a pessoas naturais da Freguesia de Cadima e da região da Gândara que, no passado, se deslocaram para o Ribatejo em busca de melhores condições de vida. Referiu-se concretamente aos chamados “caramelos”, trabalhadores que se empregavam nas grandes quintas ribatejanas e nas linhas de caminho de ferro, criando uma comunidade solidária que preservava as tradições da sua terra de origem. Destacou que aquelas pessoas souberam integrar-se, contribuindo para moldar a cultura e os costumes locais, sendo ainda hoje reconhecidas por levar novas formas de viver para o Ribatejo. Mencionou que, no Vale de Santarém, existem duas ruas com nomes ligados a Cadima, fruto do estreitamento de relações entre as duas localidades, já com visitas recíprocas. Sublinhou a importância de perpetuar e homenagear os antepassados que, desde cerca de 1840, emigraram para o Ribatejo, deixando aquele ato como primeira homenagem. Convidou a Câmara Municipal e todo o concelho de

Cantanhede a apoiar aquele projeto em preparação para continuar a honrar e preservar a memória daquela gente trabalhadora e honrada.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes, defendeu que a requalificação da marginal da Praia da Tocha era necessária e consensual, mas salientou que a questão principal não era o “se” mas o “como”. Questionou se todo o executivo municipal, o Presidente da Junta de Freguesia da Tocha e os moradores, comerciantes e agentes culturais e ambientais tinham sido consultados no processo. Criticou o facto de, segundo testemunhos públicos e redes sociais, a decisão ter sido tomada no âmbito do orçamento participativo, mas sem verdadeira participação, privilegiando cliques em vez de ideias. Referiu que, face à inquietação popular, se anunciara uma sessão de esclarecimento organizada pela Associação de Moradores, questionando a sua utilidade se o projeto já estava decidido. Considerou que o Município falhara ao não abrir diálogo e escuta ativa, atribuindo esse papel à associação. Classificou a situação como um erro de forma, de fundo e de cultura política, reafirmando que o Partido Socialista não se opunha à obra, mas rejeitava um modelo que exclui e silencia cidadãos. Defendeu que democracia local é ouvir e construir em conjunto, e sugeriu que, no futuro, se pergunte aos cidadãos se querem continuar a ser tratados como figurantes num processo já decidido. Por fim, associou-se, em nome da bancada socialista, ao reconhecimento do trabalho da ex-diretora Prof.<sup>a</sup> Fátima Vaz Gomes, que considerou extraordinário ao longo de 20 anos. Propôs mesmo a aprovação de um voto de louvor pela dedicação desta à gestão administrativa e à comunidade, incentivando também a bancada do PSD a apoiar a iniciativa, sublinhando a importância de reconhecer, em vida, quem contribui para a comunidade.-----

----- Tomou então a palavra a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual começou por cumprimentar todos os presentes e, após as recentes eleições legislativas, saudou a Sr.<sup>a</sup> Joana Seabra Malta, Deputada que acumula funções na Assembleia Municipal e na Assembleia da República, desejando-lhe, tal como ao outro Deputado eleito por Cantanhede um bom mandato, pedindo que ambos, embora eleitos por partidos diferentes, trabalhem também em prol do concelho. Relativamente à saúde, referiu a abertura de uma nova unidade no Hospital Arcebispo João Crisóstomo, destacando o aumento de atendimentos, consultas, cirurgias e exames, apesar de problemas como falhas no encaminhamento via SNS 24. Garantiu que a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia pretendem melhorar as instalações, como no caso de Murtede, cuja candidatura ao PRR foi submetida e já tem médico a entrar ao serviço. Sublinhou a importância das USF no descongestionamento das urgências de Coimbra. Destacou eventos e obras locais, como a homenagem ao primeiro Presidente da Sanguinheira e inauguração do Centro de Recreio, as obras na Lagoa Negra e os bons resultados desportivos do Município, atribuindo mérito a atletas, famílias e associações. Referiu o sucesso do evento Pink & White Spring Fest, a renovação geracional na produção vinícola e a intenção de internacionalizar o certame. Assinalou também a parceria cultural com Cadima e a futura publicação sobre os “caramelos”. Quanto à requalificação da Praia da Tocha, rejeitou as críticas de falta de diálogo, afirmando que o projeto foi amplamente partilhado e discutido desde o início com vereadores, Junta de Freguesia, comerciantes e Associação de Moradores, antes de estar concluído. Considerou infundadas as alegações de desconhecimento, frisou a transparência do processo e garantiu que as reuniões recentes serviram apenas para apresentar ajustes decorrentes de sugestões

anteriores. Manifestou desagrado por considerar as críticas injustas e desajustadas à realidade.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sanguinheira, Euclides Vinagreiro, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que, no dia 28 de junho, a Freguesia da Sanguinheira viveu um momento histórico com a inauguração da nova sede do Centro Social de Recreio e Cultura, contando com a presença do Sr. Secretário de Estado da Administração Local e da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara. Referiu tratar-se de uma obra há muito desejada, que reforça a coesão social e dinamiza o associativismo local. Agradeceu publicamente à Câmara Municipal pelo financiamento quase integral - superior a 785 mil euros - e pelo apoio em todas as fases do projeto. Destacou que o novo espaço, moderno e funcional, servirá como centro de encontro, formação, criação artística e apoio a várias faixas etárias. Sublinhou que a Sanguinheira reconhece o valor da parceria com o Município e a importância de acreditar nas instituições locais e no associativismo como pilar do futuro. Acrescentou que, durante a inauguração, foi prestada homenagem a Manuel Augusto de Almeida Santos, fundador e primeiro presidente da associação e da freguesia, atribuindo-se o seu nome à rua onde se situa a nova sede e ao Parque Desportivo, perpetuando a sua memória e contributo para a comunidade.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra à Sr.<sup>a</sup> Amélia Castilho, a qual, após cumprimentar todos os presentes, em nome da bancada do Partido Socialista, voltou a abordar o tema dos serviços de saúde em Cantanhede. Questionou se, sabendo-se com antecedência que a saída da médica do polo de Murteide - USF Bairrada deixaria o lugar vago, a tutela foi informada para garantir a substituição atempada e evitar o alarme social. Reconheceu que, também durante

governos do PS, decisões na área da saúde nem sempre corresponderam às expectativas, mas afirmou que o partido sempre manteve a defesa dos cuidados de proximidade e da criação de uma consulta não programada de agudos no Hospital Arcebispo João Crisóstomo, das 8h às 24h, sete dias por semana. Perguntou se a atual solução do Centro de Atendimento Clínico, aberto das 18h às 22h, responde às necessidades, sobretudo no verão, quando há aumento populacional devido a turistas e imigrantes. Alertou para casos de idosos e famílias sem acesso a cuidados médicos e reiterou a importância dos postos de enfermagem existentes, criticando a ausência de protocolo com a tutela, o que provoca funcionamento irregular e falta de articulação com as USF. Questionou ainda o que mudou desde as posições críticas tomadas no passado pela Assembleia sobre este tema – se é a política de saúde ou apenas a cor do governo -, sublinhando que o PS continuará a fiscalizar e reivindicar independentemente de quem governa, em nome da dignidade e justiça territorial das populações.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra à Sr.ª Joana Seabra, a qual esclareceu que a saída da médica do polo de Murte de da USF Bairrada, em abril de 2025, não teve relação com a sua ida para a Assembleia da República, mas sim com a ineficiência da ULS em resolver a situação. Explicou que a USF comunicou de imediato a vaga e, apesar de ter conseguido encontrar profissionais para ocupar o lugar, a ULS não concretizou os contratos atempadamente. Acrescentou que, desde março de 2025, também faltava uma enfermeira, situação igualmente comunicada e não resolvida pela ULS. Referiu que apenas após forte pressão, com apoio da Câmara, foi possível contratar rapidamente a médica e a enfermeira, que iniciariam funções no dia seguinte. Reiterou que o

problema não foi a sua ausência, mas sim a falta de profissionais e de resposta por parte da ULS de Coimbra, situação que, segundo afirmou, já é recorrente.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual afirmou concordar com a posição apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Amélia Castilho, considerando que a atual solução para a consulta de agudos não programada não passa de um “remendo” que não serve as necessidades do concelho. Recordou que, no passado, todos os partidos defenderam firmemente a abertura deste serviço e alertou que não se deve perder esse objetivo de vista. Defendeu que todos devem mobilizar-se para recuperar um serviço que antes foi muito valorizado pela população.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte de, Sérgio Maia, o qual esclareceu que a médica do polo de Murte de se chamava Sofia Pereira, tendo iniciado funções a 2 de fevereiro de 2024 e saído em abril de 2025. Observou que era fácil apontar críticas à Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Seabra Malta, mas recordou que a mesma, apesar de coordenadora, não era a médica daquele polo. Aproveitou para questionar, tendo em conta as informações sobre a contratação já realizada, se o problema do polo de Murte de estava efetivamente resolvido.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Tocha, José Manuel Gomes da Cruz, o qual felicitou o Município pela atribuição, pelo 35.º ano consecutivo, da Bandeira Azul à Praia da Tocha, bem como das bandeiras da Acessibilidade, ColorAdd e Qualidade de Ouro, destacando o trabalho conjunto do Município e parceiros. Sobre as recentes polémicas em torno da marginal da Praia da Tocha, esclareceu que a Junta de Freguesia, a Associação de Moradores e a comunidade tiveram conhecimento do

projeto, que foi apresentado em Assembleia de Freguesia e em Assembleia Municipal. Referiu que os técnicos estiveram sempre envolvidos e que a reunião promovida pela Associação de Moradores serviu para esclarecer dúvidas, mostrando que questões como acessibilidades, estacionamento e acessos estavam acauteladas. Lamentou que nem todos os interessados tenham participado e afirmou que muitas dúvidas e desconfiças foram dissipadas durante a sessão. Concluiu deixando uma questão à Sr.ª Presidente da Câmara sobre a alteração dos transportes da CIM, manifestando preocupação com a garantia de horários e carreiras adequados para servir toda a comunidade escolar.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual começou a rejeitar as críticas da Sr.ª Amélia Castilho, afirmando que sempre defendeu um serviço de saúde com horário mais alargado, que pudesse ser chamado de urgência ou de outra forma. Admitiu que não estava satisfeita com o antigo modelo de consulta aberta, preferindo o sistema atual, que mantém as USF abertas diariamente, evitando situações anteriores em que médicos só estavam presentes uma vez por semana. Lamentou a ausência da Sr.ª Áurea Andrade, que poderia esclarecer a política da ULS de Coimbra, e considerou que a prioridade deve ser que os cidadãos recorram primeiro aos cuidados primários da sua área, reduzindo idas às urgências. Com base nos dados apresentados, disse que houve melhorias, com diminuição da utilização da urgência em Coimbra e funcionamento do CAC também aos fins de semana e após o encerramento das USF. Defendeu o alargamento destes serviços e que o Hospital de Cantanhede possa prestar mais funções em horários complementares. Reiterou que, embora não use o termo “consulta aberta”, o objetivo é melhorar continuamente os serviços das USF com reforço de médicos e avaliação periódica dos resultados. Sobre a médica de

Murte de, informou que, segundo comunicação recebida, a partir de 1 de julho haverá uma profissional no local, mas sublinhou que a gestão de horários compete às USF, que agora administram os seus próprios recursos. Explicou que aquela gestão é feita em articulação com a ULS, responsável pela contratação e distribuição de pessoal. Referiu ainda que alguns postos de enfermagem poderão ser repensados, conforme a proximidade a outras USF e a função que desempenham, sendo essencial garantir a articulação com o SNS por questões de segurança. Em relação aos transportes, esclareceu que a gestão é intermunicipal, com reformulação das carreiras e prioridade aos circuitos escolares, mas também acessíveis à população em geral. Destacou que haverá melhoria na qualidade, com autocarros novos e internet, e apelou à divulgação do serviço “táxi a pedido”, pouco utilizado no município, mas de grande potencial para servir a população, sobretudo a mais isolada.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 2 – «Luto Municipal pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco / Para conhecimento»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a proposta foi apresentada à Câmara e foi aprovada por unanimidade, e questionou, de seguida, se havia necessidade de proceder à leitura da mesma, uma vez que foi enviada a todos os Membros da Assembleia.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Mesa que não havia necessidade de proceder à leitura da mesma, questionando de seguida se a Assembleia Municipal pretendia associar-se e subscrever aquela proposta. Após a concordância de todas as bancadas com assento na Assembleia, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação a subscrição da nota de pesar apresentada pelo Executivo Camarário, pelo falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco, que foi aprovada por unanimidade, do seguinte teor: *“Foi com profundo pesar e consternação que o mundo tomou conhecimento no passado dia 21 de abril do falecimento do Papa Francisco, aos 88 anos de idade, vítima de um AVC, após 12 anos de pontificado. A Câmara Municipal de Cantanhede assinala o luto pela morte do Papa Francisco, em conformidade com o Decreto 6-A/2025 que instituiu três dias de luto nacional, nos dias 24, 25 e 26 de abril. Aquela decisão do Conselho de Ministros coincide com o período das cerimónias fúnebres e reflete o reconhecimento pela relevância da figura do Papa Francisco no plano internacional, bem como a sua ligação próxima a Portugal e à comunidade católica portuguesa. O referido Decreto refere que “Francisco foi um Papa excepcional, que deixou um vasto legado de empatia, compaixão e proximidade às pessoas, transmitindo às gerações presentes e futuras um inapagável exemplo de empenho religioso, humano e cívico”. Realça as suas visitas a Portugal, no centenário das aparições de Nossa Senhora em Fátima e na Jornada Mundial da Juventude, que marcaram indelevelmente o nosso país e geraram uma ligação próxima e fraternal do povo português a Sua Santidade. Ficou na memória de todos o espírito que presidiu à Jornada Mundial da Juventude, expresso no apelo à inclusão de «todos, todos, todos», que lançou ao mundo, do alto do Parque Eduardo VII, no seu primeiro encontro com os jovens, em Lisboa. Salaria ainda o mencionado Decreto que “o seu pontificado conheceu profundos desafios, que Francisco abraçou com determinação e coragem, neles sobrelevando as suas*

*melhores qualidades enquanto mensageiro de esperança e de alegria, colocando no centro das suas preocupações e gestos as várias periferias da sociedade. Distinguiu-se, também, enquanto promotor da paz, do ecumenismo, do ambiente e do diálogo entre religiões e foi, ainda, um empenhado defensor da doutrina social da Igreja, dos direitos dos pobres, dos refugiados, dos doentes e dos idosos”. Entendo que a Câmara Municipal de Cantanhede não pode deixar de se associar aos diferentes movimentos de reconhecimento do papel e da relevância da figura do Papa Francisco no plano internacional, bem como a sua ligação próxima a Portugal e à comunidade católica portuguesa, que em Portugal foi superiormente expresso no Decreto 6-A/2025 que instituiu três dias de luto nacional, pelo que determino, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, luto municipal nos dias 24, 25 e 26 de abril do corrente ano, caracterizado no hastear da bandeira municipal a meia haste no Edifício dos Paços do Município. Mais determino a submissão do presente Despacho a ratificação da Câmara Municipal, na sua próxima reunião.”-----*

**----- Entrou-se de seguida no Ponto 3 – «Apreciação, discussão e votação do Relatório de Contas Consolidadas do Município de Cantanhede relativo ao Ano Económico de 2024»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual pediu autorização para, além de apresentar apenas a parte da consolidação das contas do Município, permitir que os administradores da INOVA, EM-SA, da ABAP e da BIOCANT fizessem também uma breve apresentação. Explicou que o objetivo seria esclarecer alguns pormenores e, sobretudo, falar sobre a atividade daquelas três entidades.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, autorizou e pediu que as intervenções fossem feitas de uma forma sucinta e que não durassem mais de 5 minutos.-----

----- Retomou a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, referindo que pretendia enquadrar a Prestação de Contas Consolidadas, fundamentada na Lei das Finanças Locais e no Decreto-Lei aplicável, incluindo a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras e orçamentais. Indicou que o perímetro de consolidação abrangia o Município, a INOVA - Empresa Municipal (100% detida pelo município), a BIOCANT (81,01%) e a ABAP (97,59%). Referiu que, em 2024, a receita do Grupo Municipal foi de cerca de 42,4 milhões de euros e a despesa de 39,3 milhões, resultando num saldo de gerência superior a 4,1 milhões. No balanço consolidado, houve um aumento do património líquido de 26,48 milhões e do ativo líquido de cerca de 40 milhões face a 2023, enquanto o passivo aumentou 12,7 milhões. Explicou que o resultado líquido consolidado foi de 312 mil euros, valor inferior ao esperado devido a uma decisão da E-Redes que obrigou a lançar no património 31,37 milhões de euros relativos à iluminação pública, implicando amortizações de 22,74 milhões. Apesar disso, a situação financeira manteve-se positiva. Mencionou ainda variações na dívida bruta, dívidas de terceiros e fluxos de caixa, destacando o aumento de 8,5 milhões nas atividades de financiamento. Apresentou indicadores financeiros e salientou que, entre 2022 e 2024, o Município recuperou 87,3 milhões em património, considerando injusta a reserva colocada pelos auditores relativamente a 2021. Concluiu passando a palavra ao Presidente da Administração da INOVA, EM-SA, Pedro Cardoso.-----

----- Tomou então a palavra o Sr. Presidente da Administração da INOVA, EM-SA, Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes, sublinhou a dificuldade de apresentar um resumo dos resultados de 2024 da INOVA, dada a dimensão e a importância da empresa, responsável por serviços essenciais como abastecimento de água, saneamento, gestão de resíduos, limpeza urbana, espaços

verdes e educação ambiental. Destacou os principais indicadores do ano e salientou que a INOVA mantém-se como empresa de referência nacional, com preços competitivos, serviços de elevada qualidade reconhecidos por entidades reguladoras e um trabalho contínuo que se pretende reforçar no futuro.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Administrador da ABAP, Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes, apresentou forma sucinta os principais indicadores e dados das contas da ABAP e da Associação BIOCANT. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual esclareceu que as suas observações se referiam à consolidação de contas e não à prestação de contas. Assim, referiu que segundo o quadro 11, a dívida bruta do grupo tem aumentado cerca de 5% ao ano, o que considera indesejável. Destacou ainda que, de acordo com o quadro 7, o resultado líquido do período tem vindo a diminuir anualmente, o que também considera negativo. Questionou, no balanço consolidado, o valor de 11 milhões de euros registado em 2024 no passivo não corrente relativo a deferimentos, uma vez que em 2023 o valor era zero. Perguntou também a razão para o valor negativo de 5 milhões de euros nas atividades operacionais, constante do quadro de fluxos de caixa. Por fim, chamou a atenção para o aumento significativo das despesas com pessoal, que cresceram 1.179.000 euros, correspondendo a 8,07%.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual afirmou que não tinha acesso, naquele momento, a todos os dados, mas que estaria disponível para esclarecer posteriormente algumas das questões levantadas. Referiu, contudo, que, com base nas informações disponíveis, o aumento das despesas com pessoal era incontornável e que deveria

continuar a crescer. Explicou que tal se devia a alterações salariais na Empresa Municipal INOVA, a aumentos na função pública e à atualização de carreiras resultante do SIADAP, que esteve parado durante anos e agora tem impacto direto nas remunerações. Acrescentou que as transferências de competências também tiveram um peso significativo nas contas do município. Relativamente aos resultados, explicou que a contabilização do património da E-Redes, no valor de 31.367.569€, provocou um impacto negativo relevante, sobretudo nas amortizações acumuladas, que ultrapassaram os 22,7 milhões de euros, reduzindo o resultado líquido, mas sem comprometer a saúde financeira do município. Admitiu que a dívida aumentou em alguns casos devido a empréstimos para a rede viária e a atualizações de financiamento para o BIOCANT e a ABAP, bem como para a INOVA. Assegurou, no entanto, que tudo foi feito dentro das normas legais e que a situação financeira e bancária do município se mantém estável e saudável, sendo o recurso ao crédito ponderado em função das necessidades de desenvolvimento.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 3 – «Apreciação, discussão e votação do Relatório de Contas Consolidadas do Município de Cantanhede relativo ao Ano Económico de 2024»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 23 votos a favor e 7 Abstenções.-----

----- Após a votação, o Sr. Rogério Marques, apresentou uma declaração de Voto, subscrita pelos Elementos da bancada do PSD, do seguinte teor: *“A conciliação das contas surge como instrumento essencial para uma visão integrada da saúde financeira do Grupo Autárquico, conhecer com transparência a informação contabilística prestada, constituir uma base sólida para a tomada de decisões pelos órgãos autárquicos e dá-nos uma avaliação do risco financeiro e coordenação das atividades e controlo e avaliação das políticas públicas. Uma palavra de apreço a*

*todos os responsáveis das respetivas equipas técnicas, para o seu compromisso na elaboração deste relatório. Sendo sucinto, no ponto 1 em termos de evolução patrimonial e financeira, tem-se verificado um crescimento consistente do património ao longo dos 4 anos com uma aceleração significativa em 2024. Em 2024 o total ativo foi de 201.000.000,00€, com uma variação de 24.22 face a 2023, pelo que de facto, tal como os Serviços, não entendemos que o ROC não tenha reconhecido todo o trabalho que tem vindo a ser feito nos últimos 3 anos na recuperação do ativo do património do município. Ponto 3 - Da análise dos indicadores económico financeiros, confirmam a consistência do modelo de gestão eficaz que tem vindo a ser seguido de modo a tirar o melhor partido das oportunidades de financiamento. No ponto 4, a evolução dos rácios de liquidez registou em 2024 uma melhoria muito significativa na liquidez geral, na liquidez reduzida e imediata mantendo uma autonomia financeira extremamente elevada de 82%. Ponto 5, em 2024 registou-se uma desaceleração como o senhor deputado disse, mas registou-se uma desaceleração do crescimento da dívida bruta consolidada, para valores de 24.000.000,00 de euros, embora com um aumento de 5.22, enquanto que em 2023 tinha sido de 8.84. Há um desaceleramento do crescimento da dívida. No ponto 6, os resultados líquidos consolidados de 2024 foi positivo e de 312.000,00 euros. Apesar de serem inferiores aos valores verificados em 2023, a demonstração dos resultados mostra que os resultados líquidos e os operacionais continuam a ser positivos, ao contrário de muitos municípios do país e da nossa região que são negativos, o que demonstra a necessidade de rigor e prudência, de capacidade de investimento contínua que está assegurada para manter e melhorar as infraestruturas e serviços principais. Ponto 7, em 2024 confirma-se a tendência de uma excelente liquidez com o melhor rácio dos últimos 4 anos. Em suma, o Grupo Autárquico de Cantanhede apresenta uma situação financeira globalmente*

*sólida, com crescimento patrimonial sustentado. Pelo exposto, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede vota favoravelmente o relatório de contas consolidadas do município de Cantanhede, relativamente ao ano económico de 2024, em linha com as posições já tomadas anteriormente nos relatórios de 2024”-----*

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que os Pontos 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 da ordem de trabalhos tratam de atribuições de subsídio às Freguesias, pelo que sugeriu que fossem explicados em conjunto e de seguida votados individualmente, à semelhança do que já foi feito em anteriores sessões.-----

----- Solicitou então à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao **Ponto 4 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / XXII Feira do Bolo de Ançã», ao Ponto 5 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XX Feira do Tremoço», ao Ponto 6 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XXI Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã», ao Ponto 7 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede / Arranjo urbanístico do Jardim da Freguesia», ao Ponto 8 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Reparação e recuperação de pontos estruturais no edifício concessionado na Praia das Sete Fontes», ao Ponto 9 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Obras de ampliação do cemitério de Ourentã (1.ª fase)», ao Ponto 10 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Implantação de uma nova localização, para um abrigo de passageiros na “EN 234 ao Km 19+902, lado**

**esquerdo (sentido Cantanhede-Mealhada)», ao Ponto 11 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Obras na Sede da Junta de Freguesia de Ourentã», ao Ponto 12 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Reparação do logradouro da EB da Sanguinheira», ao Ponto 13 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Obras da Sede da Junta de Freguesia da Tocha», ao Ponto 14 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / X Mostra Gastronómica Sopas Pedras» e ao Ponto 15 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação do Largo do Corticeiro de Cima».-----**

----- Tomou então a palavra a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que: - O Ponto n.º 4 refere-se a uma atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã, destinado à 22ª Feira do Bolo de Ançã que decorreu nos dias 7 e 8 de junho do corrente ano, no valor de 1.200,00€; O Ponto n.º 5 refere-se a uma atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima, destinado à 20ª Feira do Tremço que decorreu entre 30 de maio e 1 de junho, nos Olhos da Fervença, no valor de 1.500,00€; - O Ponto n.º 6 refere-se a uma atribuição de subsídio à Freguesia da Cordinhã, destinado à 21ª Feira do Vinho e da Gastronomia da Cordinhã, que decorreu entre os dias 6 e 10 de junho do corrente ano, no valor de 1.500,00€; - O Ponto n.º 7 refere-se a uma atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede, destinado aos trabalhos complementares e revisão de preços do arranjo urbanístico do Jardim da Freguesia de Murtede, no valor de 20.080,26€; - O Ponto n.º 8 refere-se a uma atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã, destinado às obras de reparação e recuperação de

pontos estruturais do edifício concessionado na Praia Fluvial das 7 Fontes, no valor de 4.880,65€; - O Ponto n.º 9 refere-se a uma atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã, destinado a obras de ampliação do cemitério, 1ª fase que tiveram um valor total de 41.230,50€, sendo a comparticipação de 30%, e o valor do subsídio de 12.369,15€; - O Ponto n.º 10, refere-se a uma atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã, destinado a uma nova paragem de autocarros na N234, ao km 19, com uma nova localização, no valor de 2.249,67€; - O Ponto n.º 11 refere-se a uma atribuição de subsídio também à Freguesia de Ourentã, destinado a obras da sede da Junta de Freguesia, no valor de 17.781,50€; - O Ponto n.º 12 refere-se a uma atribuição de subsídio à Freguesia da Sanguinheira, destinado à recuperação do logradouro da EB da Sanguinheira, no valor de 4.139,30€; - O Ponto n.º 13 refere-se a uma atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha, destinado a obras na sede da Junta de freguesia, no valor de 25.000,00€; - O Ponto n.º 14, refere-se a uma atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil, destinado à 10ª Mostra Gastronómica Sopas & Pedras, que decorreu nos dias 23, 24 e 25 do corrente ano no adro da igreja de Outil, no valor de 1.500,00€, - O Ponto n.º 15 refere-se a uma atribuição de subsídio à União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, destinado à requalificação do Largo do Corticeiro, substituindo-se neste caso, a Junta de Freguesia à Câmara, sendo a obra no valor de 158.639,46€.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 4 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / XXII Feira do Bolo de Ançã»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à**

**Freguesia de Cadima / XX Feira do Tremoço», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XXI Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murte de / Arranjo urbanístico do Jardim da Freguesia», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Reparação e recuperação de pontos estruturais no edifício concessionado na Praia das Sete Fontes», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Obras de ampliação do cemitério de Ourentã (1.ª fase)», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Implantação de uma nova localização, para um abrigo de passageiros na “EN 234 ao Km 19+902, lado esquerdo (sentido Cantanhede-Mealhada)», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Obras na Sede da Junta de Freguesia de Ourentã»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Reparação do logradouro da EB da Sanguinheira»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Obras da Sede da Junta de Freguesia da Tocha»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / X Mostra Gastronómica Sopas Pedras»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação do Largo do Corticeiro de Cima»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Entrou-se de seguida no **Ponto 16 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de apoio diversos às Freguesias 2025 / Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias do Concelho de Cantanhede»:-**

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que a Assembleia já tinha deliberado

sobre protocolos relacionados com requalificação urbana, espaços verdes e caminhos vicinais, defendendo a necessidade de agilizar procedimentos, nomeadamente no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias. Solicitou a aprovação da ata, para efeitos imediatos para que os presidentes de junta possam avançar com os investimentos planeados e esclareceu que o montante global previsto é de 252.017,49 euros. Especificou ainda os valores e projetos para cada freguesia: Ançã (19.659,42 €) para requalificação da Ladeira na Igreja; Cadima (20.144,16 €) para a Rua Principal das Pontes; Cordinhã (6.140,20 €) para sistema de rega do campo de jogos e equipamentos; Febres (33.501,79 €) para passeios na Rua da Fonte; Murtede (9.641,19 €) para miradouro e reparação de lavador; Ourentã (8.133,07 €) para obras no cemitério e aquisição de ferramentas; São Caetano (8.617,82 €) para remodelação do Parque das Amieiras e equipamentos; Sanguinheira (18.474,46 €) para requalificação da Fonte da Corada e arranjo urbanístico; Tocha (47.667,34 €) para reparação do telhado do cemitério e arranjo do Largo Central; Sepins e Bolho (15.242,78 €) para execução de valetas; Cantanhede e Pocariça (16.535,45 €) para parque infantil e requalificação de cemitérios; Covões e Camarneira (27.253,87 €) para obra na capela do Picoto, pintura de pavilhão e aquisição de terreno para cemitério; Portunhos e Outil (10.179,80 €) para beneficiação de rua; Vilamar e Corticeiro de Cima (10.826,14 €) para instalação de coletor, sarjetas, muros e calçada.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 16 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de apoio diversos às Freguesias 2025 / Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias do Concelho de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que os Pontos 17, 18, 19, 20, 21 e 22 da ordem de trabalhos tratam de isenções de taxas às Freguesias, pelo que sugeriu que também fossem explicados em conjunto e de seguida votados individualmente, à semelhança dos pontos anteriores.-----

----- Solicitou então à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao **Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licenças de espetáculos de música ao vivo e especial de ruído / Mês da Cultura, da Saúde e do Desporto»**, ao **Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licenças de espetáculos de música ao vivo e especial de ruído / Marchas de São João»** e ao **Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licenciamento de evento desportivo / XVII BTT Cadima Caminhos do Tremoço 2025»**, ao **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licenças de espetáculos de música ao vivo e especial de ruído / XX Feira do Tremoço»**, ao **Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Licença de espetáculos de música ao vivo e Licença especial de ruído / X Mostra Gastronómica Sopas & Pedras»** e ao **Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença de Espetáculos de Musica ao Vivo e Licença Especial de Ruído / XXI Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã»**.-----

----- Tomou então a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que: - O ponto n.º 17 dizia respeito à isenção do pagamento de taxas, no valor de 107,17€, para a licença de espetáculos de música ao vivo e licença especial

de ruído no âmbito do Mês da Cultura, Saúde e Desporto da Freguesia de Ançã; - O ponto n.º 18 referia-se à isenção do pagamento de taxas, no valor de 41,86€, concedida à Freguesia de Febres para as Marchas de S. João realizadas a 21 de junho; - O ponto n.º 19 dizia respeito à isenção do pagamento de taxas no valor de 20,63€ à Freguesia de Cadima para o licenciamento do evento desportivo “XVII BTT Cadima Caminhos do Tremoço 2025”; - O ponto n.º 20 a nova isenção do pagamento de taxas, no valor de 107,17€, à mesma freguesia, para licença de música ao vivo e ruído. O ponto n.º 21, a igual isenção de taxas, à União de Freguesias de Portunhos e Outil, no valor de 107,17€, para a realização da X Mostra Gastronómica de Sopas e Pedras; O ponto n.º 22, a uma isenção de taxas à Freguesia da Cordinhã, no valor de 172,48€ para licença de música ao vivo e ruído para a Feira do Vinho e da Gastronomia.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, sugeriu ao Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão que, no futuro, as isenções de taxas fossem apresentadas num único ponto através de uma tabela, considerando tratar-se de assuntos consensuais. Acrescentou que, se houvesse concordância relativamente a todos os apoios e isenções às freguesias, seria possível reduzir significativamente o número de pontos, o que evitaria sobrecarga de trabalho.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licenças de espetáculos de música ao vivo e especial de ruído / Mês da Cultura, da Saúde e do Desporto»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à**

**Freguesia de Febres / Licenças de espetáculos de música ao vivo e especial de ruído / Marchas de São João», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licenciamento de evento desportivo / XVII BTT Cadima Caminhos do Tremoço 2025», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licenças de espetáculos de música ao vivo e especial de ruído / XX Feira do Tremoço», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Licença de espetáculos de música ao vivo e Licença especial de ruído / X Mostra Gastronómica Sopas & Pedras», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença de Espetáculos de Musica ao Vivo e Licença Especial de Ruído / XXI Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Entrou-se de seguida no **Ponto 23 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Cantanhede»:-----**

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que fosse a Sr.ª Vereadora, Célia Simões, a apresentar o documento em apreço.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.<sup>a</sup> Vereadora, a qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu que todos já tinham tido acesso ao Regimento e que, por isso, seria apenas feita uma apresentação resumida do documento. Explicou que, na sequência da transferência de competências na área da Saúde para os Municípios, prevista no Decreto-Lei n.º 23/2019, surgia um novo desafio, marcado pelo envolvimento multidisciplinar e intersectorial. Nos termos do artigo 5.º daquele diploma legal, esse processo implicava o aperfeiçoamento contínuo do serviço público através de projetos de melhoria e inovação, garantindo respostas mais eficazes, mensuráveis e com maior participação da comunidade, sobretudo na gestão dos cuidados de saúde primários e na responsabilização das entidades pelo serviço prestado. Nesse contexto, sublinhou que o Conselho Municipal de Saúde, enquanto estrutura consultiva, asseguraria ao Município de Cantanhede uma intervenção estratégica, participada e articulada entre diferentes níveis de poder e setores sociais, contribuindo para uma política municipal de saúde integrada. Acrescentou-se que o Regimento definia o quadro de funcionamento do Conselho, estabelecendo que este teria carácter consultivo, visando articular estratégias de intervenção e cooperação entre entidades locais. Enumerou, de seguida, as competências do Conselho, entre as quais: contribuir para a definição da política municipal de saúde; emitir pareceres sobre a estratégia municipal e o planeamento da rede de cuidados primários; propor programas de promoção da saúde e prevenção da doença; fomentar a cooperação entre entidades; recomendar medidas e apresentar propostas; analisar o funcionamento dos estabelecimentos de saúde descentralizados; refletir sobre as causas dos problemas identificados e propor ações adequadas. Quanto à composição, esclareceu que o Conselho seria presidido pela Presidente da Câmara Municipal, podendo esta delegar no Vereador da Saúde, e

integraria também o Presidente da Assembleia Municipal, um Presidente de Junta de Freguesia eleito em Assembleia Municipal, representantes da Unidade Local de Saúde de Coimbra, da Segurança Social, das IPSS e de associações ligadas à saúde. Mencionou ainda que as IPSs deveriam organizar um Conselho Local de Ação Social para posterior eleição, que o local das reuniões ficaria a cargo do Município e que o documento estabelecia também regras sobre competências do Presidente, mandatos e instalação, embora não fosse necessário detalhar esses pontos naquele momento. Por fim, levantou a questão da eleição do representante das Juntas de Freguesia, que deveria ocorrer em Assembleia, e destacou que, apesar da aprovação do Regimento naquele dia, seria necessária a sua publicação. Sugeriu ainda que se considerasse oportuno proceder já à eleição do representante das Freguesias.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, afirmou que a decisão cabia à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara e ao Presidente da Mesa. Recordou que já se tinha discutido situação semelhante noutra ocasião e que, ao eleger um representante da Assembleia Municipal tão perto das eleições, corria-se o risco de a nomeação ser publicada em Diário da República, mas o eleito não chegar a tomar posse, obrigando a nova eleição. Acrescentou que não se opunha a que a escolha fosse feita de imediato, pois isso permitiria ao Conselho começar a funcionar, podendo o eleito ser reconduzido ou substituído pela nova Assembleia, conforme viesse a ser decidido. Destacou apenas que havia a possibilidade de o representante acabar por ter uma participação mínima, ou mesmo nenhuma, se não houvesse tempo para reunir.-----

----- Interveio a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, referindo que a única questão de procedimento era decidir se a Câmara deveria indicar logo um representante. Caso não o fizesse, pareceria estranho solicitar às restantes entidades a indicação de nomes quando a própria Câmara não teria deliberado. Sublinhou que o Regimento

teria de ser publicado no Diário da República e que esse processo não demoraria muito. Como ainda não se sabia a data das eleições, que poderiam só ocorrer em outubro, considerou que, entretanto, algum trabalho poderia já ser feito. Assim, não se via problema em indicar um nome naquele momento, mesmo correndo o risco de o período de atuação ser curto. Foi ainda sugerido que a Divisão da Ação Social começasse a contactar os representantes previstos no Regimento, ficando a decisão final a cargo da Assembleia.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual referiu que a bancada do Partido Socialista não vê qualquer problema em eleger já o representante das Juntas de Freguesia, pois isso aceleraria o processo e, caso em outubro fosse necessária substituição, esta poderia ser feita facilmente. Acrescentou que os restantes representantes poderiam manter-se no mandato seguinte, sendo provável apenas a substituição do representante da Junta de Freguesia, se fosse necessário. Assim, considerou que nada impedia a eleição imediata daquele representante na Assembleia Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou uma questão à Sr.ª Vereadora, Célia Simões, sobre o artigo 5.º do Regimento, pedindo esclarecimento quanto ao representante das IPSS's, designado anualmente pelo órgão executivo da respetiva Associação, nomeadamente sobre quem constituía esse Órgão Executivo.-----

----- Deu, de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual informou que a bancada do PSD manifestou concordância com a realização imediata da eleição do representante das Juntas de Freguesia e propôs, para efetivo, o Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, João Paulo Martins de Jesus, e, como suplente, o Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sepins e Bolho, Luís Arromba, ambos ligados à área da saúde.-----

----- Respondendo ao Sr. Presidente da Mesa, a Sr.ª Vereadora, Célia Simões, explicou que, para designar o representante das IPSS, seria necessário convocar um Conselho Local de Ação Social, ainda que extraordinário, reunindo todas as instituições. Nesse Conselho, as próprias IPSS´s elegem o representante, cabendo depois à Direção indicar a pessoa concreta que integrará o Conselho Municipal de Saúde, sendo essa escolha feita para cada mandato autárquico.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Primeiro-Secretário, José Maria Maia Gomes, o qual questionou se consideram que o órgão executivo da Associação representativa das mesmas é o CLAS, uma vez que ao ler *“Um representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social designado anualmente pelo órgão executivo da Associação representativa das mesmas”*, não é claro.-----

----- Respondeu a Sr.ª Vereadora, Célia Simões, que, no CLAS elegem 1 associação e dentro dessa Associação, decidem quem é o representante cada ano, rotativamente ao longo do mandato autárquico.-----

----- Concluiu ao Sr. Primeiro-Secretário, José Maria Maia Gomes, que é eleita uma IPSS, e depois, essa mesma IPSS designa o seu representante.-----

----- Não havendo mais dúvidas e mais pedidos de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 23 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Cantanhede»**, que foi aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou de seguida a votação, por escrutínio secreto, a eleição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, João Paulo Martins de Jesus, para membro efetivo e, como suplente, o Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sepins e Bolho, Luís Arromba, da

qual resultaram 23 votos a favor, 6 votos e branco e 1 voto contra, tendo assim sido eleitos do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, João Paulo Martins de Jesus, para membro efetivo e, como suplente, o Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sepins e Bolho, Luís Arromba, para integrarem o Conselho Municipal de Saúde de Cantanhede.-----

----- Entrou-se de seguida no **Ponto 24 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de Hasta Pública para a "Concessão da exploração do Bar e Restaurante do Parque Desportivo de Cantanhede"»**:------

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, a Câmara Municipal de Cantanhede vai concessionar o bar/restaurante do Parque Desportivo de Cantanhede, localizado numa zona desportiva e industrial, dada a necessidade de um espaço de restauração naquele local. Informou de seguida que: - O concessionário terá de realizar várias obras de acabamentos (pavimentos, paredes, tetos, carpintarias, serralharias, pinturas, instalações sanitárias, eletricidade, AVAC, entre outras), com um custo estimado de 150.000,00€ (IVA incluído); - A concessão será atribuída em hasta pública a 16/07/2025, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, com um prazo de 15 anos (01/08/2025 a 31/07/2040); - A Base de licitação será de 5.000,00€ + IVA; - Terá um período de carência sem pagamento de rendas de 2025 a 2038 (devido aos investimentos em obras); O pagamento da renda será de 10% no ato da arrematação, 45% até 15/01/2039 e 45% até 15/01/2040.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 24 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de Hasta Pública para a "Concessão da exploração do Bar**

e **Restaurante do Parque Desportivo de Cantanhede”**», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Entrou-se de seguida no **Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de Hasta Pública para a " Concessão da exploração do Bar Quiosque junto ao Largo de S. Mateus, na Cidade de Cantanhede”**».

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que: - Caso aprovado em Assembleia, o ato público de arrematação em Hasta Pública para a " Concessão da exploração do Bar Quiosque junto ao Largo de S. Mateus, na Cidade de Cantanhede” terá lugar no dia 16/07/2025, às 10h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho; - A concessão terá a duração de 2 anos, de 15/01/2026 a 14/01/2028, com uma base de licitação de 12.000,00 € + IVA (equivalente a 500,00 € mensais + IVA); - Não serão admitidos lances inferiores a 500,00 €; - As obrigações do adjudicatário constam do caderno de encargos, sendo que a renda será paga em 24 prestações mensais e sucessivas, correspondentes ao valor global da arrematação dividido pelo número de meses da concessão; - Cada prestação deverá ser liquidada até ao dia 8 de cada mês, exceto a primeira, relativa a janeiro de 2026, e a última, relativa a janeiro de 2028, que deverão ser pagas no ato da arrematação.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de Hasta Pública para a " Concessão da exploração do Bar Quiosque junto ao Largo de S. Mateus, na Cidade de Cantanhede”**», tendo o mesmo sido aprovado unanimidade.-----

----- Entrou-se de seguida no **Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de Hasta Pública para a "Concessão de exploração de postos de carregamento de mobilidade elétrica no Município de Cantanhede"»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que há intenção de avançar com a concessão de exploração de postos de carregamento de mobilidade elétrica, abrangendo a instalação, manutenção e exploração de 14 equipamentos distribuídos pelo concelho de Cantanhede. Mencionou-se que os postos teriam a identificação do Município e que as localizações incluíam, entre outras, as seguintes: - Parque de estacionamento da Rua 1º de Maio (normal); - Avenida do Brasil, junto à antiga estação de comboio (normal); - Parque da rotunda de Outil (normal); - Parque das Piscinas Municipais (normal); - Parque da Praia Fluvial dos Olhos da Fervença (normal); - Praia Fluvial das Sete Fontes (normal); - Terreiro do Paço em Ançã (normal); - Parque do Largo de Febres (normal); - Parque do Jardim de Murtede (normal); - Parque da Rua dos Namorados em Cantanhede (rápido).-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, questionou sobre o que queria dizer normal e rápido.-----

----- Respondeu a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara que uns demoram mais do que outros a carregar e explicou que, consoante a localização e o tipo de utilização, os postos de carregamento poderiam ser normais ou rápidos. Exemplificou com a Rua dos Namorados, junto à Biblioteca Municipal, na Praia da Tocha, no Largo da Tocha e na Zona Industrial de Cantanhede, onde faria mais sentido que fossem rápidos, dada a procura por estacionamentos de curta duração.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, questionou se ao estacionar num posto normal, deixando o carro várias horas, esse estacionamento ficaria gratuito, respondendo a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que não, e pediu que o Adjunto da Presidência, Nuno Gomes, esclarecesse os detalhes.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio acrescentou ainda que a concessão resultaria de uma hasta pública com prazo de 10 anos, até julho de 2035, tendo uma base de licitação de 375.320,40€, mais IVA, e uma percentagem adicional sobre o valor arrecadado pelo concessionário. Explicou ainda as regras e prazos de pagamento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Adjunto da Presidência, Sr. Nuno Gomes, o qual esclareceu que: - Os utilizadores de veículos elétricos pagariam três taxas: a da MOBI.E, a da energia e a da localização.; - Mesmo que o carro permanecesse ligado sem estar a carregar, continuaria a ser cobrado estacionamento; - O valor será pago ao concessionário, que, por sua vez, pagará ao Município. Sublinhou ainda que não compensava usar abusivamente aqueles locais.-

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual observou que o número de 14 postos poderia ser insuficiente, defendendo que as zonas industriais da Tocha e de Murtede também deveriam ter postos, à semelhança da de Cantanhede.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que algumas zonas já possuíam postos de carregamento (como a BIOCANT, Murtede, Febres e Tocha, ainda que não na zona industrial), reforçando que o concurso não seria definitivo e que ajustes poderiam ser feitos conforme as necessidades.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura concluiu que a tendência seria haver cada vez mais procura, pelo que, o aumento do número de postos iria continuar.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de Hasta Pública para a "Concessão de exploração de postos de carregamento de mobilidade elétrica no Município de Cantanhede"»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Entrou-se de seguida no **Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação da minuta das adendas aos Contratos de Delegação de Competências celebrados a 30/12/2024, entre o Município de Cantanhede e os Diretores dos Agrupamentos de Escolas Lima de Faria, Cantanhede e Gândara Mar»**;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de novo, a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que fosse o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso a apresentar o assunto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual explicou que: - As adendas aos Contratos de Delegação de Competências, celebrados em 30/12/2024, resultam da necessidade de ajustes permanentes para responder a situações reais; - O Agrupamento de Escolas Gândara Mar solicitou um reforço de 26.000,00€ para confeção e fornecimento de refeições escolares, devido ao aumento do número e custo das mesmas; - O Agrupamento de Escolas Lima de Faria pediu verbas adicionais para renovar licenças de software, serviços externos e apetrechar uma sala para alunos com necessidades educativas especiais, num total de 12.600,00€. Destacou, de seguida, que se trata de processo dinâmico que permite melhorar a qualidade da educação, agilizar decisões e otimizar recursos, estando previstos novos ajustamentos consoante as necessidades das escolas.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação da minuta das adendas aos Contratos de Delegação de Competências celebrados a 30/12/2024, entre o Município de Cantanhede e os Diretores dos Agrupamentos de Escolas Lima de Faria, Cantanhede e Gândara Mar»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Entrou-se de seguida no **Ponto 28 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Gestão a celebrar entre a Infraestruturas de Portugal, I.P., e o Município de Cantanhede / Implantação, conservação, manutenção e limpeza de uma via partilhada (ciclovía/zona pedonal) na EN234-1, entre o KM 11,967 e o km 12,550, em Ançã»**;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a intervenção planeada entre o "Café Rossio" e a rotunda da Fapricela, que dá acesso à localidade de Granja, tem como principal objetivo melhorar a segurança dos peões. Atualmente, o percurso não oferece condições seguras, pois a berma é estreita (1 metro) e há uma valeta funda, dificultando a circulação e o acesso às paragens de autocarro, visando o projeto criar um percurso pedonal e ciclável que ligue a sede da freguesia àquela localidade. Informou ainda que o protocolo em causa define que a Câmara Municipal será responsável pela construção, conservação, manutenção e limpeza do percurso, tendo a Infraestruturas de Portugal (IP) aprovado a solução, que considera adequada para garantir a fluidez do tráfego e a segurança.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, conclui que, o Município propõe-se a construir uma ciclovía para melhorar a segurança de um percurso e que, a Estradas de Portugal, I.P. aprova a construção, mas exige que o Município também se responsabilize pelos custos futuros de manutenção da ciclovía.-----

----- Não havendo pedidos de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 28 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Gestão a celebrar entre a Infraestruturas de Portugal, I.P., e o Município de Cantanhede / Implantação, conservação, manutenção e limpeza de uma via partilhada (ciclovía/zona pedonal) na EN234-1, entre o KM 11,967 e o km 12,550, em Ançã», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Entrou-se de seguida no **Ponto 29 - «Apreciação, discussão e votação da minuta da proposta de autorização à CIM-RC para desenvolvimento dos procedimentos conducentes à Implementação do Sistema Intermunicipal de Autoconsumo Coletivo de Energia da Região de Coimbra (SIAC-RC), com constituição de Comunidades de Energia Renovável (CER) / Aprovação da minuta do Contrato de Delegação de Competências a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra e o Município de Cantanhede»;-**

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a CIM - Região de Coimbra informou que, em maio de 2023, iniciou uma consultoria especializada para a constituição da Comunidade de Energia Renovável (CER), com gestão intermunicipal e referiu ainda que se realizou um estudo de viabilidade económico-financeira, analisaram-se diferentes abordagens e desenhou-se um modelo de concessão em que o operador privado assumirá a construção, manutenção e gestão do sistema intermunicipal de autoconsumo coletivo. Acrescentou que será necessária a delegação de competências de cada Município na CIM e que aquela CER integra 18 Municípios, incluindo Cantanhede, Coimbra, Figueira da Foz, Lousã, Mealhada, Mira e outros. Esclareceu que serão constituídas 24 CER, cada uma ligada a uma subestação, e que, relativamente a Cantanhede, as instalações municipais foram distribuídas por

três CER diferentes (Cantanhede n.º 8, Taveiro n.º 22 e Tocha n.º 23). Referiu ainda que, para Cantanhede, o consumo anual estimado é de 3.297.000,04 kWh, com um custo projetado de quase 5 milhões de euros em 20 anos, sendo o investimento previsto para o novo sistema de cerca de 3,7 milhões de euros, o que representa uma poupança superior a 1,2 milhões de euros no mesmo período. Sublinhou-se também que o projeto tem um horizonte temporal de 20 anos, embora sujeito a ajustes técnicos. Informou também que a CIM destacou que o processo demorou a consolidar-se, mas que agora poderá avançar para a concessão e, frisou que a iniciativa se insere no combate às alterações climáticas, na busca pela autossustentabilidade energética, na redução de custos e na transição para fontes renováveis, representando uma mudança de paradigma considerada urgente.-----

----- O Sr. Sr. Presidente da Mesa, João Moura, em jeito de conclusão, referiu que se trata de uma iniciativa da Comunidade Intermunicipal, que inclui o Município de Cantanhede, envolvendo equipamentos públicos e com um horizonte temporal de 20 anos, mas com uma poupança significativa prevista de 1.200.000,00€.-----

----- Não havendo pedidos de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 29 - «Apreciação, discussão e votação da minuta da proposta de autorização à CIM-RC para desenvolvimento dos procedimentos conducentes à Implementação do Sistema Intermunicipal de Autoconsumo Coletivo de Energia da Região de Coimbra (SIAC-RC), com constituição de Comunidades de Energia Renovável (CER) / Aprovação da minuta do Contrato de Delegação de Competências a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra e o Município de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 30 - «Apreciação, discussão e votação da 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2025»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual explicou que: - A Assembleia Municipal já tinha deliberado, em 27/12/2024, a proposta do mapa de pessoal, entretanto alvo de uma primeira alteração; - A segunda alteração surgiu pela necessidade de abrir concurso para o cargo de Chefe de Divisão de Desporto, após a saída do anterior dirigente para a Federação Portuguesa de Nataçãõ; - Aproveitou-se ainda para ajustar mobilidades internas de trabalhadores, já consolidadas; - O mapa de pessoal agora resume tudo o que foi deliberado, contemplando 548 postos de trabalho ocupados por tempo indeterminado, incluindo 5 assistentes operacionais transferidos da área da saúde e 199 postos provenientes dos agrupamentos de escolas do concelho.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, questionou se já era possível fazer um balanço das transferências de competências, não apenas na área da educação, e se a componente financeira daquelas transferências se reflete ou não nos custos do Município.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que as despesas são ressarcidas pelo Governo, mas algumas áreas revelam-se deficitárias, sobretudo na área da Ação Social. Informou ainda que, para clarificar o impacto financeiro por Município, a Comunidade Intermunicipal estabeleceu um protocolo com a Faculdade de Economia, que está a realizar um estudo sobre os efeitos nas áreas da Saúde, Educação e Ação Social, sendo que, logo que houver resultados, os mesmos serão apresentados à Assembleia.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referiu que a transferência de competências começou há décadas, inicialmente na Educação, e que muitos Municípios tiveram balanços negativos. Destacou assim a importância do estudo para justificar o aumento de despesas sem a devida compensação do Estado, ficando a expectativa de apresentar esse balanço futuramente na Assembleia Municipal.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção para o **Ponto 30 - «Apreciação, discussão e votação da 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2025»**, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Entrou-se de seguida no **Ponto 31 - «Apreciação, discussão e votação da Norma de Controlo Interno»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual explicou que a revisão do sistema de controlo interno decorre da obrigatoriedade legal imposta pelo SNC-AP, que uniformiza regras de contabilidade na Administração Pública, reforça a transparência e o alinhamento com as contas nacionais. Acrescentou que o novo sistema visa garantir gestão de riscos, prevenção de erros e fraudes, e fiabilidade da informação financeira. Finalmente, esclareceu que a atualização justifica-se pela entrada em vigor do SNC-AP e do novo regulamento dos serviços municipais, no entanto, salientou que, apesar da norma anterior estar desatualizada, os procedimentos já eram cumpridos através do sistema de gestão da qualidade.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção para o **Ponto 31 - «Apreciação, discussão e votação da Norma de Controlo Interno»**, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Entrou-se de seguida no **Ponto 32 - «Concessão de Isenções de Taxas Municipais / 1.º Semestre 2025 / Para conhecimento»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que a Assembleia Municipal tinha aprovado em 16/12/2021 a metodologia para concessão de isenções municipais, a comunicar em junho e dezembro. Informou de seguida que, no período entre 04/12/2024 e 04/06/2025, o valor das isenções ascendeu a 585.894,53€, abrangendo diversas entidades como associações, juntas de freguesia e instituições particulares, representando um apoio significativo para aquelas organizações.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, destacou que foram quase 600.000,00€ em isenções, num semestre, que reverteram a favor de associações e entidades que atuam no concelho, sendo a informação apresentada para conhecimento.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido qualquer inscrição.-----

----- Finalmente, sendo 18h00 horas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

----- O Presidente:

----- O Primeiro Secretário:

----- A Segunda Secretária: